

A União Europeia - Um espaço
aberto ou um Numerus Clausus?

• Conferência

• Fundação Cuidar o Futuro

Coimbra, Fevereiro 1989

Fundação Cuidar o Futuro



"...o hospital nao e feito para os medicos, a escola nao e feita para os professores, as instituicoes europeias naosao feitas nem para os comissarios nem para os parlamentares europeus, mas para darem um suplementto de bem-estar e de prosperidade aos nossos povos."

-J. Delors ao PE,
15/2/89

A UNIAO EUROPEIA - UM ESPACO ABERTO OU UM NUMERUS CLAUSUS?

1. Nas muitas designacoes institucionais relativas a Europa, a Uniao Europeia aparece ainda com contornos fluidos. Como nao seria de outra maneira se o proprio Parlamento Europeu lhe da conteudos e etapas diferentes, como claramente o mostrou o debate que teve lugar em Estrasburgo na semana passada? Vale a pena por isso partir do adquirido comum.

Na revisao do Tratado de Roma de 1985, que ficou na historia comunitaria como o Acto Unico Europeu, e dada especial importancia a dimensa politica da Comunidade. Por isso e criada uma nova forma institucional de cooperacao entre os Estados-membros que se designa por "Cooperacao Politica Europeia". A CPE nao integra a actividade da Comissao Executiva de Bruxelas ja que possui um secretariado proprio independente.

O seu papel e tao importante que logo o inicio do art. 1. do Acto unico afirma:

"as Comunidades Europeias e a Cooperacao Politica Europeia tem por objectivo contribuir em conjunto para fazer progredir concretamente a uniao europeia."

E esse o objectivo estrategico fundamental. O PE nao cessa de o dizer e de tentar por todas as vias possiveis noquadro dos Tratados vigentes de o por em execucao. Mas como?

AS PORTAS DO IRREVERSIVEL

2. A velocidade a que se processa a integracao economica levanta necessariamente o problema da integracao politica europeia. Ou, em termos mais cuidadosos, da sua cooperacao e da sua eventual federacao polittica.

O Mercado Interno e o indicador mais preciso. tendo



levado varias decadas ate comecar a ser efectivamente posto em pratica de forma sistematica, o mercado sem fronteiras esta gradualmente a estabelecer-se em todo o territorio comunitario. Mais de um terco das decisoes que lhe dizem respeito foram ja tomadas.

Dirigindo-se ao parlamento europeu na segunda sessao plenaria de Outubro, J. Delors dizia que das cerca de 285 directivas que serao necessarias para estabelecer o mercado sem fronteiras 260 haviam ja sido depositadas pela Comissao junto do Parlamento ou do Conselho. E esta velocidade que permite dizer que 92 nao e uma data remota mas que esta a acontecer ja!

O Mercado Interno exige a execucao de 4 liberdades: de circulacao de bens, de servicos, de capitais e de pessoas. Tambem aqui o Presidente da Comissao pode dizer que apenas a livre circulacao de pessoas requer ainda um trabalho aturado.

Perante tais factos a expressao de Delors no mes de outubro em Estrasburgo e um claro aviso: estamos ja as portas do irreversivel!

Esta afirmacao conduz-nos a uma questao previa a da discussao sobre a Uniao europeia, a saber: que grau de consciencia tem os governantes portugueses desta irreversibilidade? que medidas tomaram ate agora para que este Mercado Interno, ja em vias de realizacao, seja de facto um :acrescimo de bem-estar e de prosperidade para o nosso povo"?

Fundação Cuidar o Futuro

UM FENOMENO INEDITO

A medida que novas directivas vao sendo aprovadas dois factos se tornam clara: por um lado, um grande numero de decisoes que eram campo de accao dos governos de cada Estado passam agora a pertencer ao dominio comunitario sendo regulamentadas por decisoes conjuntas; por outro lado, as decisoes do campo do mercado Interno implicam mais do que uma simples liberdade de circulacao. Eis-nos pois no cerne das questoes politicas.

A integracao europeia e um fenomeno inedito na historia moderna. Dos espacos geo-politicos integrados na era moderna, nao colhemos nenhuma indicacao. A integracao russa deu-se por conquista e anexacao dos territorios conquistados. A integracao americana deu-se por conquista, dadiva de outras potencias coloniais ou por compra de territorios colonizados! Desde a constituicao do Estado-Nacao da era moderna e a primeira vez que se processa pacificamente uma integracao que, comecando por ser comercial, se torna economica e finalmente politica. Por isso os dois factos que assinalei nao encontram para os guiar nenhuma receita feita.

A transposicao para o plano comunitario de decisoes tradicionalmente tomadas no plano nacional poe a questao de fundo

relativa a soberania; mas ppoe sobretudo a questao pratica de saber se de facto os Governos detem a capacidade de estabelecer as regras do mercado. Quando em 1985 falave da necessidade do Plano em Portugal referia-me a necessidade de estabelecer regras do jogo de modo que os agentes economicos soubessem como orienta

actividade. Em paises como o nosso em que reina uma regulamentacao que nada tem que ver com um verdadeiro enquadramento a prazo da actividade economica, a nova situacao criada pelo Mercado Interno traz pelo menos o beneficio da clareza. Assim de resto o estao entendendo os nossos industriais mais dinamicos e com maior acesso a informacao comunitaria, adaptando-se as novas condicoes conjunturais.

As questoes economicas levam-nos, neste dominio, as questoes politicas. Para muitos, o Mercado Interno seria um simples mecanismo que facilitaria a suprema liberdade dos processos economicos! Mas as exigencias do Mercado Interno poem-nos perante a necessidade de decisoes que, por serem tomadas por entidades -os Estados-membros - com direitos proprios e inalienaveis, se transformam em decisoes eminentemente politicas.

Nao ha possibilidade de um mercado sem controle politico. A menos que se pugne por uma concorrencia em que a unica lei e a lei do mais forte. os mecanismos politicos a por em marcha sao em primeiro lugar aqueles que podem, de modo mais eficaz, impedir que o mercado, nessa lei selvegem, se torne um fim em si proprio e portanto impeditivo da realizacao humana dos nossos povos, sobretudo daqueles que, como o povo portugues, sao ainda os que revelam amiores atrazos estruturais de desenvolvimento.

Sera esta a visao das autoridades portuguesas? Sera este o quadro que se esta a dar aos portugueses quanto a sua integracao na Europa? Qual e o novo dinamismo que, em virtude deste novo estado de coisas, o Estado portugues requer da sociedade civil? E quais sao neste contexto as regras que nos damos quanto a actividade economica em Portugal?

DO ESTADO SOBERANO A SOBERANIA DO POVO

Para alguns o proprio processo de construcao do Mercado Interno e ja uma perda de soberania. No sentido de seculos passados, sem comunicacoes rapidas - para nao dizer instantaneas - e de entidades politico-administrativas justapostas trata-se de facto de uma perda de soberania.

Mas a situacao actual e totalmente outra.

A estrutura internacional da economia, do comercio, do sistema monetario, dos emprestimos internacionais, da bolsa, e tal que nao se pode imaginar nenhuma entidade politica com capacidade de sobrevivencia num circuito inteiramente fechado (exeunt as

teorias de total self-reliance!). Instantaneamente em qualquer parte do mundo e conhecida a operacao financeira realizada nos antipodas e tirada as consequencias para a economia nacional ou regional!

Quem determina os precos das materias primas? Quem impoe as taxas de juro? Quem determina a estabilidade do mercado internacional? Nao e cada um dos Estados, nem sequer as reunioes intergovernamentais em que tais decisoes deviam ser tomadas (UNCTAD, GATT, etc.). Nao me tenho cansado de referir a desordem economica internacional que rege o mundo em que vivemos. (Dai a esperanca que pus durante tantos anos numa nova ordem economica internacional. Nao desisti. mas penso que nao podemos construi-la como um so edificio mas sim por aproximacoes sucessivas.)

Implicita ou explicitamente ha muito tempo que a chamada soberania de cada Estado se diluira em termos economicos e monetarios face a esta desordem organizada da economia mundial. Quando se discute hoje a questao da soberania ha que reconhece-lo sem fingimento. Mesmo que a natureza das tarefas dos politicos dai resulta menos omnibipotente e mais humilde nas suas possibilidades estruturais.

Mas a soberania nacional tem ainda na pratica outras limitacoes. (Bastaria, para se ter ideia dessas limitacoes, comparar a realidade com a Declaracao sobre a NOEI que as Nacoes Unidas votaram em Janeiro de 75! Mas como andavamos todos muito distraidos das questoes internacionais nessa altura olhemos apenas o que se passa a nossa volta. Quando vastos sectores da actividade economica sao controlados por empresas estrangeiras, onde esta a soberania nacional? Vemos todos enlatados americanos em ecrans japoneses - onde esta ai a soberania nacional do nosso espaco audio-visual? E o que dizer das grandes plantacoes florestais destinadas exclusivamente a pasta de pape, com todas as consequencias que isso traz para o solo - onde esta a soberania sobre o nosso proprio solo? E, pior ainda, quando em certas zonas do pais os terrenos sao vendidos em lotes para exploracoes de turismo por estrangeiros (com anuncios que nem sequer ha o pudor de traduzir em portugues, indicando escritorios em Londres ou em outras capitais - onde esta a propriedade sobre o nosso proprio territorio?)

Hoje ja nao ha "invasoes francesas"... por isso a soberania que importa defender e mais vasta do que aquela que ao Estado cabia representar e defender por todos os meios.

A re-afirmacao de que a soberania reside no povo abre perspectivas mais vastas a propria nocao de soberania. E na forca do povo, na sua identidade inalienavel, na cultura que exprime pelo seu modo de viver e de se situar em todos os aspectos da vida que a soberania ganha raizes e abarca espacos mais amplos sem ser diminuida nem vilipendiada.



No contexto da integração europeia, pode dizer-se que anova escala espacial em que nos inserimos é um apelo ao exercício cada vez mais diversificado e consciente da soberania popular.

A racionalidade que estava sub-jacente ao conceito de soberania tem que ser outra. O exercício do poder político a outra escala espacial tem também novas e redobradas exigências. No contexto da Comunidade europeia, torna-se claro que seria uma gravíssima perversão reduzi-la a uma simples relação multi-lateral inter-governamental como aquela que estabelecemos, entre outras, nas plataformas das nações Unidas. A Europa dos cidadãos, dos povos e dos corações, exige dos dirigentes políticos nacionais uma nova atenção a tudo o que, no seio do povo e o respirar das suas aspirações e da sua vontade.

A UNIAO EUROPEIA - NEM VERTICE NEM CUME

Não há pois que rejeitar a União Europeia. Pelo contrário, ela contribuirá para restituir ao povo e aos processos sociais o seu justo lugar na sociedade.

Mas não há que considerá-la tão pouco como algo que aconteceria num esplêndido isolamento, como se os fenómenos políticos não fossem parte integrante de todos os processos económicos, sociais, culturais.

A União Europeia, como todos os processos políticos, é a outra vertente da construção do Mercado Interno. Ou, de forma ainda mais directa a União Europeia é co-extensiva a realização de todo o Acto Único. Deve ser construída a par e passo com as várias etapas que a Comunidade está a percorrer.

As tarefas que implica são claras:

- "explorar ao máximo a força de integração do Mercado Interno", para usar a expressão feliz de Delors, i.e., apelar avontade política dos dirigentes dos estados-membros e das forças sociais de modo a que a Europa resulte verdadeiramente de um "querer comum";

- ir ao amago da gestão política através da implementação da decisão do Conselho relativa à criação da união monetária; digo amago da gestão política na medida em que a cadeia de decisões que vai do Governador do Banco central ao Ministro das Finanças, deste ao Primeiro-Ministro e em última instância ao Chefe de Estado contém em si alguns graves equívocos que são responsáveis não só pela situação nacional em cada país como pelo sistema económico mundial; tal clarificação libertará sem dúvida muita energia necessária para o bem dos povos...

- avançar nas políticas públicas que permitem dar forma ao Espaço Social europeu; estão muito iludidos os que pensam que a política

social na Europe quer entendida no sentido restrito em que a entende o Acto Unico quer na sua versao mais ampla de todas as politicas sectoriais que promovem o bem-estar individual e apenas uma questao

de reivindicacao dos mais pobres em relacao aos mais ricos; e de uma nova problematica que se trata e para ela sao necessarias novas ideias; e nesse dominio que nao ha nenhuma experiencia em qualquer outro pais ja que o modelo social europeu e apenas extensivo a este continente.

- renovar o proprio conceito e pratica de entidade politica e de soberania ao conferir a cultura a precedencia que lhe cabe na ordem das ideias e das finalidades;

- reforcar e dar uma configuracao coerente a democracia parlamentar a nivel comunitario; num quadro em que a Comissao e politicamente responsavel perante o Parlamento, este perante o seu eleitorado, os Governos perante o eleitorado de cada Estado-membro, so o Conselho nao e responsavel politicamente perante ninguem!

- estabelecer as condicoes da democracia directa a nivel comunitario, criando as instituicoes necessarias a expressao politica da "Europa dos cidadaos"; para quem, como eu, travou varias batalhas durante os anos 80 para a conquista dos espacos da democracia directa e um estimulo ouvir agora os ex-Primeiros Ministros franceses Fabius e Barre debaterem em conjunto a necessidade da democracia directa, no reconhecimento de que vastas zonas da expressao politica dos cidadaos que nao tem canal adequado atraves da democracia parlamentar...

Fundação Cuidar o Futuro

A UNIAO EUROPEIA, UM TESTE AO ALARGAMENTO

SE, porem, a dimensao politica da Europa for atribuido um papel de cume de processo e nao de sua dimensao intrinseca, facil e erigir a Uniao Europeia como a fase final sem a qual nao se podem alargar as fronteiras do espaco comunitario actual.

Foi a volta desta questao que se separaram as aguas no Parlamento Europeu. Um interessante relatorio e respectiva proposta de resolucao, a par de muitos paragrafos sensatos, incluia duas afirmacoes de enorme gravidade para o futuro da Europa. A mais importante dizia respeito ao alargamento da Comunidade.

O PE aprovou por maioria a decisao de nao dar o seu consentimento a mais nenhum processo de adesao a Comunidade sem que seja ultrapassada uma etapa substancial rumo a Uniao Europeia. Votei contra esta decisao por razoes de fundo e por razoes estrategicas.

As razoes de fundo sao evidentes: pois nao apela o Tratado de Roma para os outros da Europa que partilham dos seus ideais para que se associem aos esforcos dos Estados fundadores? Estara este

importante aspecto do Tratado entre parentesis?

As razoes estrategicas sao do conhecimento publico: quando a Austria realiza dos dirigentes dos Estados-membros e haviam ja sido entregues pela Comissao ao Parlamento e ao Conselho.

Fundação Cuidar o Futuro

